

## Ata da 1ª Reunião do Comitê de Governança de TIC do TRT14

Data	Início	Término	Local	Coordenador da reunião
26/05/2017	10:15	12:40	Gabinete do Des. Carlos Augusto Gomes Lôbo	Des. Carlos Augusto Gomes Lôbo

### 1. Objetivos da reunião

Discussões e decisões referentes aos itens da pauta infradescrita:

- a. Proposta de cronograma regular para reuniões do Comitê;
- b. Apresentação dos planos de Contratações de TI (2017 e 2018);
- c. Plano de trabalho para cumprimento da Resolução 211 (proad 12805/2016);
- d. Apresentação dos projetos de TI priorizados para avaliação e aprovação;
- e. Proposta para alteração na regulamentação da sustentação oral a distância;
- f. Proposta para regulamentação de recebimento de petições/recursos em processos administrativos (incluindo precatórios) via e-mail;
- g. Apresentação da padronização da estrutura mínima de TI na JT pelo CSJT;
- h. Proposta para regulamentação do horário extraordinário na SETIC e regime de plantão;
- i. Proposta para regulamentação de videoconferência em sala de audiência. (proad 20197/2017)

### 2. Participantes

Nome	Lotação
Carlos Augusto Gomes Lôbo	Gab. Des. Carlos Lôbo
Francisco José Pinheiro Cruz	Gab. Des. Francisco Cruz
Lélio Lopes Ferreira Jr.	Diretoria-Geral das Secretarias

Ricardo César Lima de Carvalho Sousa	1ª Vara do Trabalho de Porto Velho
Robert Armando Rosa	SETIC
Vinícius Vieira Marques	SETIC

### 3. Discussão da Pauta

A reunião foi aberta pelo Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação Robert A. Rosa, que iniciou a discussão com a apresentação da pauta da reunião. Em seguida, o servidor apresentou o primeiro item “**Proposta de cronograma regular para reuniões do Comitê**”, onde ressaltou a importância de haver um cronograma fixo definido para que o comitê se reúna a fim de tomar as decisões que lhe cabem. Robert sugeriu que estas reuniões ocorressem na última sexta-feira de cada mês, entretanto, o Juiz Ricardo César Lima de Carvalho Sousa, por sua vez, sugeriu a primeira sexta-feira de cada mês e todos os presentes acataram esta segunda sugestão. No ensejo, levantou-se a necessidade de se definir a data para a próxima reunião do Comitê de Governança de TIC e o dia 07 de julho foi unanimemente aprovado.

Em seguida, o secretário de TIC apresentou o item “b” da pauta: “**Planos de Contratações de TI (2017 e 2018)**”. Na explanação, expôs os planos de contratações de TIC para 2017 e 2018 e ressaltou as diferenças existentes entre a proposta aprovada de 2017 (constante no sistema SIGEO) e a proposta atualizada com novas demandas a serem executadas em 2017 sendo enfatizado que a nova proposta possui um déficit de cerca de 1 milhão de reais para plena execução. De maneira geral, todo o plano foi apresentado e, especificamente, foram discutidos com mais detalhes os recursos empregados para a aquisição das Licenças do Virtualizador VmWare, Projeto de Rede Wireless, Contrato de serviço de suporte, Serviço de Internet por modems 4G e para aquisição de impressoras multifuncionais. Também foi apresentado a proposta orçamentária prévia para execução em 2018 encaminhada ao CSJT.

No ensejo, foi mencionado acerca da política de impressão que a SETIC pretende propor à aprovação da administração do TRT14 objetivando a adequação dos equipamentos de impressão frente a realidade do processo eletrônico. Com isso em mente, a SETIC considera desenhar uma política de impressão que prevê apenas 2 impressoras por Vara do Trabalho e 2 por gabinete. O Desembargador Carlos Lôbo, por sua vez, sugeriu apenas 1 impressora por andar, de modo a centralizar as

impressões em ilhas, modelo seguido por várias empresas privadas e alguns órgãos públicos. A ideia agradou a todos.

O Juiz Ricardo César questionou acerca da possibilidade de se gerenciar individualmente a franquia de dados de internet dos novos modems 4G, de maneira a ser possível distribuir manualmente esta franquia de acordo com o consumo de cada ponto de acesso, ou seja: Magistrados que necessitassem usar mais que o limite da franquia de dados durante o mês poderiam receber “dados” de outros magistrados que não utilizassem totalmente as suas franquias. A SETIC se comprometeu a verificar a possibilidade de atendimento junto a operadora.

O Desembargador Cruz pôs em discussão os problemas que as unidades do interior tem enfrentado com a conexão de rede de dados e a possibilidade de se disponibilizar links de internet adicionais nas Varas do Trabalho. Foram debatidas opções de contratar links ADSL ou aditivar contrato atual para ampliar as capacidades dos links instalados. Ao cabo, Robert apontou que o contrato atual está vencendo em julho próximo sendo que já está em andamento projeto de licitação nacional para nova contratação da rede JT. O projeto está a cargo do TRT4 e irá contemplar todos os TRTs da mesma forma que a licitação anterior. Está estratégia permite ganhos em escala e conseqüentemente contratos com preços melhores que a realização de uma licitação Regional. Ainda sobre a nova licitação da rede JT, foi noticiado que a SETIC apontou demanda para duplicar a velocidade de praticamente todos os links de comunicação no novo contrato, o que deve levar a uma melhora da rede como um todo, entretanto, é fato que nossa região possui problemas de infraestrutura e apenas duas empresas com capacidade de atendimento pleno sendo que uma não atende todos os pontos com infraestrutura própria. Foi noticiado que o TJ-RO está investido 32 milhões em um projeto de rede para o Estado de Rondônia e que uma solução definitiva para os problemas de velocidade de rede no interior seria um possível convênio para utilizar parte desta infraestrutura montada. Quanto a instalação de links ADSL, Robert salientou que esta demanda carece de estudos mais elaborados devido aos riscos oferecidos.

Finda a discussão supra, O Desembargador. Francisco Cruz, considerando que possuímos vários monitores ociosos, questionou acerca da possibilidade de a SETIC disponibilizar monitores para serem instalados nas residências dos magistrados. Estes equipamentos seriam usados com o objetivo de facilitar o trabalho com o PJe utilizando-se como segundo monitor dos notebooks dos magistrados. O Secretário de TIC colocou que a SETIC está atendendo a demanda para instalação do terceiro monitor em gabinetes o que se mostrou bastante interessante de forma a aumentar a produtividade e que é necessário verificar o número que irá ainda ficar ocioso para então verificar a possibilidade do atendimento. A SETIC se comprometeu a levar a demanda para conhecimento da administração do TRT14.

Robert apresentou o item “d” da pauta, **“Apresentação dos projetos de TI priorizados para avaliação e aprovação”**, demonstrando o portfólio de projetos

oriundos do POP 2017/2018 de responsabilidade da SETIC e que foram priorizados por meio de reunião desta Secretaria onde se utilizou a “Matriz GUT” como técnica de priorização. Discutiu-se mais densamente o projeto SIGEP que prevê a substituição dos atuais sistemas de RH e Folha de pagamento, tendo em vista seu escopo e o impacto que este projeto causará no ambiente. Os demais projetos foram brevemente discutidos. O Desembargador Carlos Lôbo questionou sobre a possibilidade de repriorizar os projetos. Robert e Vinícius esclareceram ser não apenas possível como esperado. Foi demonstrada a página de acompanhamento de projetos disponibilizado na internet. O Desembargador Carlos Lôbo solicitou o envio da lista de projetos priorizados para os membros do comitê de forma que possam opinar quanto a repriorização dos projetos.

Robert colocou em discussão o item “e” da pauta, **“Proposta para alteração na regulamentação da sustentação oral a distância”** que consiste em realizar alteração na Resolução atual de forma a permitir que os advogados passem a realizar as sustentações a partir de ambiente próprio ficando responsável pela infraestrutura necessária para as videoconferências. O Desembargador Carlos Lôbo sugeriu que um critério para o aceite seja que o advogado não estivessem no local (cidade) da sessão. Todos foram favoráveis à sugestão do Desembargador Carlos Lôbo se comprometendo a SETIC de apresentar minuta de Resolução para apreciação do Comitê com futuro encaminhamento a Presidência do Regional.

Robert apresentou o item “i”, **“Proposta para regulamentação de videoconferência em sala de audiência. (proad 20197/2017)”**, que se relaciona ao item anterior. A proposta que está sendo encabeçada pela Secretaria Judiciária, prevê regulamentar a utilização de videoconferência em salas de audiências de forma que partes e até mesmo juízes se façam presentes de forma remota. Também foi informado que já há processo administrativo tramitando acerca do tema. O Juiz Ricardo César informou a necessidade de que haja um bom suporte multimídia para esta solução, que, atualmente, é deficiente. Todos concordaram ficando a SETIC responsável pela aquisição de kits multimídias para todas as unidades.

Robert iniciou a discussão do item “f”, **“Proposta para regulamentação de recebimento de petições/recursos em processos administrativos (incluindo precatórios) via e-mail”**. Segundo ele, esta é uma dificuldade que precisa ser contornada: recebimento de petições/recursos em processos administrativos eletrônicos. Tendo em vista que os advogados não têm como peticionar eletronicamente no Proad, a SETIC trouxe a sugestão de se criar uma caixa de e-mail exclusiva para recebimento destas solicitações configurada com uma auto-resposta automática para servir de recibo ao advogado. Todos julgaram interessante a ideia e a proposta será refinada pela SETIC para ulterior aprovação.

No item “g”, **“Apresentação da padronização da estrutura mínima de TI na JT pelo CSJT”**, Robert apresentou estudo preliminar do CSJT que demonstra a adequação da infraestrutura mínima de TIC pelos Tribunais, focando na questão de

estrutura organizacional (organograma mínimo). O estudo foi bem recebido, entretanto é fato que atualmente está distante da realidade do TRT14 visto que não se tem perspectiva de aprovação de cargos para a área de TI ou da criação de novas funções e cargos em comissão para a SETIC.

No que tange ao item “h”, **“Proposta para regulamentação do horário extraordinário na SETIC e regime de plantão”**, Robert apresentou o modelo do TST, que regulamenta o tema no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho. Foi esclarecido que a necessidade de criar norma para reger o regime de plantão na TI é requisito determinado pela Resolução 211/2015 do CNJ. Robert expôs os problemas que estão sendo enfrentados pela SETIC especificamente com relação a necessidade de desempenhar trabalho fora do horário de expediente normal. Ocorre que algumas ações relacionadas principalmente a manutenção e correção de problemas ligados à infraestrutura de TI, não podem ser executadas durante o horário normal de funcionamento das atividades do Tribunal sendo que várias delas não permitem previsão de tempo para conclusão dos trabalhos ou escala entre servidores. Como exemplo foi tomado o ocorrido com a equipe de servidores da SETIC que atuou na instalação dos novos no-breaks do Centro de Dados durante o mês de março. O fato gerador do problema na verdade tem origem em uma restrição implementada no sistema de ponto eletrônico do Regional que restringe a contabilidade das horas trabalhadas de modo que somente é computados 30 minutos antes e depois do limite da carga horária normal (7h30 às 14h30). Esta restrição despreza para cômputo, qualquer período trabalhado antes das 7h e depois das 15h, prejudicando inclusive, financeiramente alguns servidores. A sugestão da SETIC é que a restrição seja retirada do sistema de controle de ponto eletrônico de forma que passe a contabilizar exatamente as horas trabalhadas da mesma forma anterior a restrição imposta. Robert realizou a demonstração do sistema de ponto esclarecendo que não é possível ação do gestor para contornar este problema. O Comitê concordou em unanimidade a necessidade da remoção da restrição conforme sugerido pela SETIC. Quanto a regulamentação para o plantão na área de TI, foi sugerido a apresentação de uma minuta de regulamentação que contemple as particularidades do TRT14, principalmente quanto à indisponibilidade de pessoal para fazer frente à regulamentação de plantão apresentada pelo TST.

#### **4. Decisões e Providências**

##### **a. Decisões**

**Item da Pauta:** a

**Assunto:** Proposta de cronograma regular para reuniões do Comitê

<b>Decisão</b>	Primeira sexta feira de cada mês
----------------	----------------------------------

**Item da Pauta:** a

**Assunto:** Proposta de cronograma regular para reuniões do Comitê

<b>Decisão</b>	A próxima reunião do CGTIC ficou acordada para 07 de julho de 2017
----------------	--

**Item da Pauta:** extra pauta

**Assunto:** Remoção da restrição de horário do ponto eletrônico para servidores da SETIC

<b>Decisão</b>	Todos os presentes concordaram com a remoção da restrição no sistema eletrônico de ponto
----------------	--

## **b. Providências**

**Item da Pauta:** Extra pauta

**Assunto:** Proposta de política de impressão

<b>Providência</b>	Apresentar minuta de política de impressão para o ambiente do TRT14		
<b>Responsável</b>	Robert A. Rosa	<b>Quando</b>	Próxima reunião do CGTIC

**Item da Pauta:** Extra pauta

**Assunto:** Gerenciamento individualizado da franquia de dados da solução de acesso à internet 4G dos magistrados

<b>Providência</b>	Verificar a possibilidade de se gerenciar individualmente a franquia de dados de cada ponto de acesso 4G visando alocá-la mais eficientemente conforme o perfil de cada usuário.		
<b>Responsável</b>	Robert A. Rosa	<b>Quando</b>	Próxima reunião do CGTIC

**Item da Pauta:** Extra pauta

**Assunto:** Disponibilização de monitores de computador para as residências dos magistrados

<b>Providência</b>	Verificar a possibilidade de se disponibilizar, para as residências dos magistrados, monitores atualmente ociosos que se encontram no depósito de bens do TRT14.		
<b>Responsável</b>	Robert A. Rosa	<b>Quando</b>	Próxima reunião do

			CGTIC
--	--	--	-------

**Item da Pauta: d**

**Assunto:** Apresentação dos projetos de TI priorizados para avaliação e aprovação

<b>Providência</b>	Enviar lista dos projetos priorizados da SETIC para os membros do CGTIC visando promover sua publicidade e oportunizar a repriorização pelos membros do Comitê.		
<b>Responsável</b>	Robert A. Rosa	<b>Quando</b>	Até 10 dias antes da próxima reunião do CGTIC

**Item da Pauta: e**

**Assunto:** Proposta para alteração na regulamentação da sustentação oral a distância

<b>Providência</b>	Apresentar minuta de de Resolução que regulamente a Sustentação Oral à Distância		
<b>Responsável</b>	Robert A. Rosa	<b>Quando</b>	Próxima reunião do CGTIC

**Item da Pauta: i**

**Assunto:** Proposta para regulamentação de videoconferência em sala de audiência. (proad 20197/2017)

<b>Providência</b>	Iniciar processo para aquisição de equipamentos multimídia para suportar a solução de videoconferência em sala de audiência.		
<b>Responsável</b>	Robert A. Rosa	<b>Quando</b>	Segundo semestre

**Item da Pauta: f**

**Assunto:** Proposta para regulamentação de recebimento de petições/recursos em processos administrativos (incluindo precatórios) via e-mail

<b>Providência</b>	Minuta de regulamentação para recebimento de peticionamento eletrônico via e-mail		
<b>Responsável</b>	Robert A. Rosa	<b>Quando</b>	Segundo semestre

**Item da Pauta:** h

**Assunto:** Proposta para regulamentação do horário extraordinário na SETIC e regime de plantão

<b>Providência</b>	Apresentar minuta de proposta de regulamentação de plantão para a área de TIC		
<b>Responsável</b>	Robert A. Rosa	<b>Quando</b>	Segundo semestre

Assinado e datado eletronicamente